



Em defesa da sociedade

Conselhos de fiscalização exercem papel fundamental para garantir a qualidade do atendimento público em diversas áreas profissionais

>> MARCOS LUIZ MIRANDA

Em entrevista, presidente do CRB7 destaca a função social da Biblioteconomia

>> SEMINÁRIOS

Goiânia encerra série de encontros sobre a realidade das bibliotecas públicas e escolares

>> PROJETO DE LEI

Avança no Senado a Política Nacional de Bibliotecas



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

BOLETIM DO SISTEMA CFB/CRB
Nº 66 - ANO 8 - 16ª GESTÃO (2013/2015)

DIRETORIA

Presidente: Regina Céli de Sousa (CRB-8/2385)
Vice-Presidente: Adelaide Ramos e Côrte (CRB-1/423)
1ª Secretária: Isaura Lima Maciel Soares (CRB-7/1489)
2ª Secretária: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239)
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243)

COMISSÕES PERMANENTES

CDV - Comissão de Divulgação - Coordenadora: Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243). Membros: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239) e Williams Jorge Corrêa Pinheiro (CRB-2/802).

CLN - Comissão de Legislação e Normas - Coordenadora: Maria de Fátima Almeida Braga (CRB-13/014). Membros: Adelaide Ramos e Côrte (CRB-1/423) e Isaura Lima Maciel Soares (CRB-7/1489).

CEP - Comissão de Ética Profissional - Coordenador: Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039). Membros: Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881) e Rosana Chaves Abatti (CRB-14/458).

CL - Comissão de Licitação - Coordenador: Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039). Membros: Ailton Moreira da Rocha (funcionário) e Tatiana Paula Martins (funcionária).

CTC - Comissão de Tomada de Contas - Coordenadora: Maria Raimunda de Sousa Sampaio (CRB-2/865). Membros: Kátia Lúcia Pacheco (CRB-6/1709) e Rosana Chaves Abatti (CRB-14/458).

Comissão de Ensino - Coordenadora: Helen Beatriz Frota Rozados (CRB-10/368). Membros: Francisca Rosaline Leite Mota (CRB-4/1714) e Maria Raimunda de Sousa Sampaio (CRB-2/865).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão de Informática - Coordenadora: Maria Raimunda de Sousa Sampaio (CRB-2/865). Membro: Ailton Moreira da Rocha (funcionário).

Comissão Bibliotecas Escolares e Públicas - Coordenadora: Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881). Membros: Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039) e Francisca Rosaline Leite Mota (CRB-4/1714).

Comissão de Fiscalização - Coordenador: Williams Jorge Corrêa Pinheiro (CRB-2/802). Membros: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239) e Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243).

Comissão Relatório de Gestão - Coordenadora: Kátia Lúcia Pacheco (CRB-6/1709). Membros: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239) e Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243).

FUNCIONÁRIOS

Roberto Barros Cardoso - Gerente Administrativo,
Leonardo Pimentel Bueno - Assessor Jurídico,
Ailton Moreira da Rocha - Auxiliar Administrativo,
Tatiana Paula Martins - Auxiliar Administrativa e
Neracy Fernandes da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF. Telefones: (61)3328-2896/(61)3328-2080 Fax (61)3328-2894. www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

50 Anos de Regulamentação da Profissão de Bibliotecário no Brasil

A profissão de bibliotecário, criada pela Lei nº 4.084/1962 e regulamentada pelo Decreto nº 56.725/1965, é marcada por uma conquista que merece festiva comemoração e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre os seus desafios futuros e com os seus compromissos para com o próprio desenvolvimento diante das demandas apresentadas pelo mercado profissional e social, os impactos gerados pelas tecnologias digitais de informação, e a formação acadêmica, configuradas em novos aprimoramentos no trato da informação.

A confirmação do exercício profissional ganha amparo legal no momento em que o Decreto nº 56.725/1965 toma caráter de oficialidade. Ao mesmo tempo em que o Sistema CFB/CRB passa a atuar com poderes constituídos enquanto órgãos controladores e fiscalizatórios da profissão, permite ao sistema iniciar o planejamento de uma infraestrutura nacional de fiscalização e de atuação no campo da Biblioteconomia brasileira, o que de fato tem se consolidado ao longo desses anos, apesar de algumas dificuldades em regiões nas quais o Sistema dispõe de pouca infraestrutura para cumprir suas atribuições.

No próximo dia 17 de agosto de 2015, comemoraremos os 50 anos de regulamen-

tação profissional. Destaque ao bibliotecário brasileiro que tem a nobre missão de desenvolver, com sua habilidade e competência, ações que possibilitem organizar, disseminar, preservar as informações registradas em seus diversos suportes e, acima de tudo, atuar na promoção democrática do acesso à informação, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

No percurso destes 50 anos, merecem destaque: a atuação do Sistema CFB/CRB, pela sua missão de gerenciar e orientar o exercício profissional; as escolas de Biblioteconomia na sua atribuição formativa de novos profissionais e as entidades (FEBAB e as associações, ABE-CIN, ABRAINFO) com a atribuição da atualização e mobilização profissional. A maior interação dessas entidades colaboraram para o fortalecimento e valorização da profissão.

Ao finalizar, deixa-se registrado o agradecimento especial aos bibliotecários pioneiros pela conquista do Ato Legal, bem como a todos os demais profissionais e apoiadores (a lista é longa), que contribuíram para o acesso à legislação e ao seu legado ao longo da história. Se em 2015 podemos comemorar o jubileu de ouro, o presente é fruto do esforço da comunidade de bibliotecária brasileira.

Regina Céli de Sousa **Presidente do CFB**



Novos dirigentes regionais encontram-se em Brasília



O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) reuniu os novos dirigentes dos conselhos regionais para a gestão de 2015 a 2017 em um workshop em Brasília, nos dias 2 e 3 de fevereiro deste ano. O evento buscou estabelecer maior integração dos membros do Sistema de Conselhos, bem como orientar sobre os procedimentos administrativos e financeiros. Ao todo, 32 representantes dos regionais estiveram presentes.

Na oportunidade, diversos assuntos de interesse dos dirigentes foram apresentados e discutidos. Também foram debatidos os desafios da categoria, como assegurar a atuação de profissionais qualificados e o cumprimento da Lei das Bibliotecas Públicas (nº 12.444 de 2010), a qual determina que, no prazo de dez anos, todas as escolas públicas devem ter bibliotecas com a presença de um bibliotecário.

Ao final, foi consensual entre os participantes que o workshop permitiu uma rica troca de experiências e ofereceu esclarecimentos sobre o papel e a operacionalização do sistema CFB/CRB. Regina Céli de Sousa, presidente do CFB, afirmou que o foco central do evento foi reiterar a valorização do profissional bibliotecário e o fortalecimento dos conselhos regionais e federal por meio de uma gestão integrada e sistêmica.

Acesso à informação, um direito de todos

FEBAB, ABRAINFO, ABECIN e ANCIB trabalham pela valorização do bibliotecário

Colocar-se como uma força motora na Educação e na Cultura é um dos desafios enfrentados atualmente pela Biblioteconomia. E, para isso, não é apenas o Sistema de Conselhos de Biblioteconomia que atua para garantir à sociedade brasileira acesso pleno à informação e ao conhecimento. Outras entidades também buscam a valorização do profissional bibliotecário e o desenvolvimento da Biblioteconomia. Conheça algumas delas:

>> FEBAB

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) foi fundada no final da década de 1950 e tem como principal missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Entre suas metas estão congregar as entidades para se tornarem membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas

e seus profissionais; e atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas brasileiras correlatas.

>> ABRAINFO

Por sua vez, a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) desenvolve suas atividades com o propósito de promover o trabalho dos profissionais da informação, realizando ou apoiando ações que contribuam para tal. Sua atuação é caracterizada pela busca do aperfeiçoamento das práticas de informação como meios essenciais para uma sociedade livre e pluralista.

>> ABECIN

A Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) objetiva assegurar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profis-

sional no âmbito da Ciência da Informação. Congrega instituições e profissionais voltados à formação de recursos humanos de nível universitário, oferecendo oficinas, cursos e publicações da área.

>> ANCIB

Para acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, foi criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). A instituição tem se destacado como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação. Suas atividades estruturam-se em duas frentes: Programas de pós-graduação *stricto sensu*, representados pelos seus coordenadores, e o Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB (ENANCIB), fórum de debates e reflexões.



Nos quatro seminários, foram levantadas as principais demandas da Biblioteconomia

Evento em Goiânia encerrou série de seminários sobre bibliotecas escolares, públicas e ética profissional

Encontros discutiram a realidade social das bibliotecas públicas e escolares e os compromissos éticos dos bibliotecários em todas as regiões do país

Com o objetivo de refletir sobre as realidades sociais e políticas das bibliotecas escolares e públicas, no contexto em que estão inseridas, e coletar informações regionalizadas sobre a pertinência dos princípios filosóficos que orientam e disciplinam a conduta profissional dos bibliotecários brasileiros, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) encerrou, no dia 25 de abril, em Goiânia/GO, a série de seminários.

Destinado a bibliotecários e profissionais que atuam ou não em bibliotecas públicas e escolares, aos cidadãos que utilizam esses espaços e aos estudantes e docentes de Biblioteconomia. O seminário da região Centro-Oeste foi realizado no auditório da Federação das Indústrias de Goiás (FIEG) de Goiânia. A programação incluiu painéis, debates e palestras envolvendo dois temas principais: “da barbárie ao compromisso ético,

social e político”, dedicada a coletar informações regionalizadas das bibliotecas públicas; e “civilização e barbárie sob a mediação da ética profissional”, voltada aos princípios filosóficos que disciplinam a conduta profissional dos bibliotecários.

Nos quatro seminários, realizados ao longo de 2014, foram levantadas as necessidades e principais demandas da área. “A questão da ausência de profissionais

habilitados e qualificados tanto nas bibliotecas públicas quanto nas escolares foi bastante discutida. Também debatemos a ausência de políticas governamentais no âmbito dos estados e municípios, bem como a desatualização dos acervos”, explica Regina Céli de Sousa, presidente do CFB. “Abordamos ainda a Lei Federal nº 12.244/2010, que obriga todas as instituições de ensino públicas e privadas do Brasil a contar com uma biblioteca até

2020, mas não traz as orientações legais que dispõem sobre o que vem a caracterizar suas tipologias.”

Para Eliane Moro, coordenadora da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas do Conselho Federal de Biblioteconomia, o aspecto da gestão das bibliotecas tem sido lembrado nos seminários. “Falta planejamento estratégico ao sistema das bibliotecas com esse enfoque. Trata-se de uma agenda que o CFB trabalhará”, de-

fende. Com o final da série de eventos, o Conselho sistematizará as informações provenientes das cinco regiões brasileiras em um relatório, que será publicado e servirá de referência para governos estaduais e municipais na formulação de políticas públicas para bibliotecas públicas e escolares. O resultado desse trabalho também servirá de subsídio para compor a Lei da Biblioteca no Brasil, que tramita no Senado Federal.

>> ÉTICA

A exemplo dos seminários que o antecederam, o evento em Goiânia dedicou o último dia de atividades para destacar a ética profissional. A análise dos princípios filosóficos que orientam e disciplinam a conduta profissional dos bibliotecários servirá de base para a reformulação do Código de Ética Profissional vigente. “Nas faculdades de Biblioteconomia, é comum encontrar grades curriculares que reúnem, em uma única disciplina, o estudo de todas as tipologias de bibliotecas, o que é um equívoco. Bibliotecas escolares, universitárias, públicas, cada uma delas tem particularidades distintas que devem ser corretamente exploradas pelo bibliotecário profissional para oferecer aos usuários um serviço de qualidade”, alerta Raimundo Martins, membro das Comissões de Ética Profissional e de Bibliotecas Públicas do CFB.

O seminário de ética profissional servirá de base para a reformulação do Código de Ética Profissional



>> COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO

Os 50 anos da regulamentação da Lei nº 4.084, que se deu por meio do Decreto nº 56.725/1965 (regulamenta a profissão de bibliotecário no Brasil), serão celebrados com uma sessão solene na Câmara dos Deputados no próximo dia 17 de agosto, às 10h. Na oportunidade, serão apresentados os aspectos e os desafios relacionados ao exercício da profissão.

Conheça a programação do CFB:

>> SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS:

Data: 17 de agosto de 2015

Local: Plenário da Câmara dos Deputados

Endereço: Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

Horário: 10h às 12h

Público: bibliotecários, professores, pesquisadores, usuários de bibliotecas e sociedade em geral

Horário: 14h às 17h

Público: bibliotecários, professores, pesquisadores, usuários de bibliotecas e sociedade em geral

Mais informações: www.cfb.org.br/

>> SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS

Data: 17 de agosto de 2015

Local: Auditório Petrônio Portela – Senado Federal

Endereço: Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes – Brasília/DF



UM ANO DE RESULTADOS

Confira os demonstrativos da Receita e Despesa Federal de Biblioteconomia

DEMONSTRATIVO DA RECEITA
EXERCÍCIO - 2014

DEMONSTRATIVO DA DESPESA
EXERCÍCIO - 2014

RECEITAS	ORÇADAS	REALIZADAS
Correntes	2.690.000,00	1.738.243,16
Contribuições	1.606.458,00	1.595.265,71
Exploradores de bens e de serviços	20.300,00	14.393,22
Financeiras	137.400,00	128.584,23
Outras receitas correntes	10.600,00	0,00
Superávit Fin. de exercícios anteriores	915.242,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.690.000,00	1.738.243,16

DESPESAS	ORÇADAS	REALIZADAS
Correntes	2.385.644,00	1.434.039,00
Pessoal e encargos	450.038,61	320.570,58
Benefícios assistenciais	50,00	0,00
Uso de bens e serviços	1.848.541,39	1.033.796,33
Financeiras	76.744,00	76.538,15
Tributárias e contributivas	7.595,00	1.302,80
Outras despesas correntes	2.675,00	1.831,14
Despesas de capital	304.356,00	26.469,31
TOTAL DAS DESPESAS	2.690.000,00	1.460.535,31



ENCONTRO DE ESTUDANTES DEBATE O FUTURO DA PROFISSÃO



Para os participantes, é preciso utilizar as tecnologias de informação no âmbito da atividade acadêmica e profissional

Na Universidade Federal de Sergipe, o 18º EREBD debateu os efeitos das novas tecnologias na Biblioteconomia

Estreitar as relações entre estudantes de graduação, pós-graduação, bibliotecários e docentes, bem como possibilitar a difusão e o compartilhamento de conhecimentos e experiências foi a marca da 18ª edição do Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação e Gestão da Informação (EREBD). Promovido em Sergipe, entre os dias 25 e 31 de janeiro, o evento promoveu uma semana intensa de palestras, minicursos, fóruns e atrações culturais, com o tema “Convergências em CI: As Tecnologias da Informação e Comunicação e as perspectivas do estudante e profissionais da Informação”.

A permanência dos estudantes nos cursos de Biblioteconomia, a reforma curri-

cular, a relação da área com a ciência da informação, a criação de um estatuto para o evento regional dos estudantes e, especialmente, as transformações pelas quais a área tem passado em função da evolução das novas tecnologias foram alguns dos assuntos abordados.

O Encontro buscou reconhecer as mudanças nos fatores tecnológicos como criadores de inovação, de mutações intensas, de hiperinteratividade e de hiperconectividade. Nesse sentido, chegou-se à conclusão de que é preciso lançar mão das tecnologias de informação e da comunicação no âmbito da atividade acadêmica e profissional.

Na abertura do evento, a presidente do CFB parabenizou a Universidade Federal

de Sergipe e o Núcleo de Ciência da Informação por sediar e apoiar esse importante acontecimento para estudantes e Comissão Organizadora. Destacou que esses encontros são relevantes para formação do bibliotecário e estimulam uma reflexão sobre a própria profissão, sobre a área, além de trazer experiência para os organizadores. É uma ação essencial para que se formem novas lideranças. O movimento associativo precisa ser forte e necessita de bibliotecários dispostos a contribuir para o desenvolvimento da Biblioteconomia. Na oportunidade, a presidente provocou o representante da Secretaria da Educação, diretor José Everton, para agendar reunião com o secretário com o objetivo de tratar das bibliotecas escolares e da contratação de bibliotecários em qualquer dia do encontro. Finalizou desejando um profícuo evento aos participantes e colocou o Sistema CFB/CRB à disposição de todos. ■

COMO PODEMOS PENSAR NO DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS QUE NÃO LIGA PARA SUAS BIBLIOTECAS?

Marcos Luiz Miranda,
presidente do
Conselho Regional
de Biblioteconomia
(7ª Região)

Presidente do CRB7 destaca a função social da Biblioteconomia e ressalta a importância dos conselhos de fiscalização do exercício das profissões

“**P**rometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”. Sob o juramento do bibliotecário, o presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia (7ª região), Marcos Luiz Miranda, recentemente reconduzido para um segundo mandato, reitera a importância dos conselhos de fiscalização profissional para garantir à sociedade serviços e produtos de qualidade. Bibliotecário e doutor em Ciência da Informação, Miranda é diretor do Departamento de Documentação e Registro Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação e Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Em entrevista exclusiva à 3ª edição do Boletim do Conselho Federal de Biblioteconomia, ele traz um panorama do exercício da profissão, com seus gargalos e desafios.

>> De que maneira os conselhos de fiscalização profissional podem contribuir com avanços para a sociedade brasileira?

Para a sociedade, é uma garantia. Imagine se tivéssemos um Conselho de Medi-

cina que não pudesse atuar profissionais que não atuam dentro dos preceitos de ética e moral. Quando nós temos os conselhos profissionais, temos uma lei que regulamenta uma profissão, um código de ética que servirá como linha condutora do comportamento profissional para agir bem na sociedade, com seus pares, com as pessoas. A Constituição Federal assegura que a fiscalização profissional é de responsabilidade dos conselhos. Você nunca viu alguém construir um prédio sem ser engenheiro ou uma clínica médica sem um médico. Cada profissão tem a sua função social e protege a sociedade de uma série de malefícios.

>> Com base na sua gestão anterior e no que se oferece a partir de agora, qual é o panorama do exercício profissão no país?

Quando me candidatei ao CRB7, em 2011, eu herdei um conselho com uma boa saúde financeira. No início da primeira gestão, pensamos que o conselho deveria ter mais visibilidade, ser a casa do bibliotecário, bem como ter como sua função precípua a fiscalização profissional. Nosso Juramento diz o seguinte: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e hu-

manista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”. Isso faz com que a nossa ciência veja, em primeiro lugar, o ser humano. É por isso que temos essa preocupação com a fiscalização profissional para que protejamos a sociedade dos maus profissionais e leigos, que se autointitulam donos, chefes e diretores de bibliotecas, sendo que esse cargo deve ser de profissionais qualificados, que fazem a gestão de uma unidade de informação. Não é para qualquer profissional. Nós vivemos em um país com uma miscigenação fantástica, que forjou sua cultura a partir de outras (africanas, europeias, indígenas). Não podemos deixar isso se perder. Toda essa cultura, ciência, técnica, aportes educacionais, tecnológicos e sociais devem ser registrados. Esses registros são armazenados nas bibliotecas. Ou seja, temos um conhecimento social que deve ser disponibilizado para a sociedade e ser passado de geração para geração. Aí está a grande riqueza da Biblioteconomia e a sua plena função social. É por essa razão que a área é considerada uma ciência social aplicada, porque utilizamos todo o nosso conhecimento em prol da sociedade e da melhoria da qualidade de vida do ser humano. Um país do tamanho do nosso precisa estabelecer regras para criação, implantação e funcionamento das bibliotecas. O ideal seria termos um plano setorial de bibliotecas, em que garantiríamos uma boa fundamentação, com corpus

teórico e metodológico que pudesse ser acessado pelos profissionais, um eixo que cuidasse da formação e desenvolvimento de coleção, outro que cuidasse da informatização das bibliotecas, outro que cuidasse da capacitação, outro da gestão dos recursos financeiros.

>> Na sua visão, quais são os principais desafios no âmbito da Biblioteconomia brasileira?

Os conselhos precisam intervir em todos os setores das instituições públicas ou privadas ocupadas por não bibliotecários. Precisamos garantir à sociedade bons serviços, bons produtos e pleno acesso à informação. E o profissional que está capacitado para desempenhar essas atividades é o bibliotecário. Essas pessoas que atuam como bibliotecários sem ter formação, na realidade prestam um desserviço às comunidades. Temos de fazer uma gerência dessa situação, trazendo a sociedade para o nosso lado, mostrando que apenas o bibliotecário pode prestar esse serviço de qualidade. Em uma biblioteca pública, por exemplo, bons profissionais podem fornecer informações de utilidade pública para a população (como tirar um documento ou como prospectar informações). A Lei das bibliotecas escolares públicas nº 12.444, de 2010, determina que, no prazo de 10 anos, todas as escolas públicas devem ter bibliotecas com um bibliotecário, de acordo com a Lei nº 4.084/1962. Contudo, nós precisamos de parâmetros e instrumentos para que isso seja viabilizado. É tudo muito sistêmico. Por exemplo: nem todas as secretarias municipais e estaduais de educação possuem o cargo de bibliotecário. Precisamos lutar para que esses cargos sejam criados a fim de evitar que leigos assumam essa posição. Para construir as bibliotecas, não pode ser de qualquer maneira. Tem toda uma gestão que deve ser feita junto às escolas e aos governos. O CRB6 já conseguiu, em Minas Gerais, promover um concurso com 120 vagas para bibliotecários, o que já é um começo. Atualmente, nós temos somente dois estados que têm estabelecido o piso salarial para o bibliotecário: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, deveríamos trabalhar em uma proposta de um piso nacional para a categoria. Ou seja, além dos concursos públicos, precisamos assegurar todas as garantias para que os profissionais fixem-se em determinada região. Não adianta abrir vaga para biblioteca no interior do estado

onde a locomoção é ruim e o salário baixo. Tem de ter condições dignas para atuar. Para tal, deve-se estruturar um plano de cargos e salários de cada prefeitura e estado. Isso é um trabalho de longo prazo.

>> Segundo dados do Ministério da Cultura, o Brasil tem uma biblioteca pública para cada 33 mil habitantes. Além disso, já existem leis que obrigam todas as escolas brasileiras a contarem com um bibliotecário. Como o sistema de Conselhos pode ajudar a reverter esse quadro?

Temos participado de discussões com a sociedade e com os políticos para compor um projeto de lei que propõe a instituição de uma Política Nacional de Bibliotecas, que, em breve, entrará em tramitação no Congresso Nacional. Como podemos pensar no desenvolvimento de um país que não liga para suas bibliotecas, e essas não funcionam com profissionais qualificados? Então, precisamos de uma legislação que garanta efetivamente isso, proporcionando bibliotecas que realmente impactem nas comunidades e na vida das pessoas. Não bastam somente as escolas. A biblioteca é o coração de qualquer instituto de educação e de ciência. Tem relação com a produção do conhecimento científico, porque ele é criado, registrado e armazenado na biblioteca. Além disso, temos intensificado a fiscalização e melhorado a comunicação com os bibliotecários, de modo a trazê-los para dentro do conselhos, em comissões e diálogos permanentes. Mensalmente, promovemos plenárias em que colocamos várias questões aos profissionais e compartilhamos os desafios e angústias da carreira. Nossa revista do CRB disponibiliza entrevistas com bibliotecários de todos os cantos do país. O que importa é que o bibliotecário reconheça-se no conselho. Na comissão de Biblioteconomia escolar do CRB7, estamos discutindo a criação de uma rede estadual de bibliotecas escolares, que, posteriormente, poderá integrar um sistema nacional. O projeto piloto está sendo testado em Niterói. Conselheiros e vários profissionais que atuam em bibliotecas do estado participam.

>> Quais as perspectivas e projetos do Sistema de Conselhos para promover a Biblioteconomia na era da informação digital e da internet?

Hoje, a juventude já nasce plugada. As pessoas estão cada vez mais conecta-

das. As pessoas são muito mais proativas, multifuncionais e multiprofissionais. Elas conseguem desenvolver atividades em várias mídias concomitantemente. Isso é fantástico. No âmbito da Biblioteconomia, nós ainda encontramos algumas dificuldades em relação às questões tecnológicas. Isso demonstra que cada um de nós precisa se acertar no tempo e no espaço, de modo a acompanhar o desenvolvimento. Nos currículos dos cursos, por exemplo, já encontramos componentes que tratam dessas questões voltadas para a Biblioteconomia digital: internet, tecnologia da informação, banco e base de dados. Isso é bastante interessante, porque, na atual conjuntura, não tem apenas a biblioteca tradicional, mas também, não somente, a digital. Temos as bibliotecas híbridas, em que os usuários utilizam seus dispositivos móveis, podem acessar banco de dados remotamente. Tal evolução faz com que aqueles bibliotecários que não tiveram essa formação procurem uma capacitação para se adequar a essa nova realidade. Por esse motivo, acredito que a Biblioteconomia não esteja perdendo espaço. As premissas e técnicas biblioteconômicas de organização e arquitetura da informação e o *know-how* de catalogação e indexação, milenares e indispensáveis nos dias de hoje, ainda são dominados pelo bibliotecário.

>> E como está o ensino da Biblioteconomia no país?

O Brasil tem 49 cursos de Biblioteconomia que, desde que surgiram as diretrizes curriculares nacionais, em 2001, e graças à lei dos Senais, passam por sistemáticas avaliações, que compreendem infraestrutura, corpo docente e aspecto didático-pedagógico. Com isso, é possível ter uma radiografia dos cursos, do seu funcionamento, da sua qualidade. Apesar de termos uma boa avaliação, precisamos cada vez mais de bibliotecários, especialmente para as escolas, em função da nova legislação. Imagine daqui seis anos? Quantos bibliotecários teremos de formar para lidar com a nova demanda? É um grande desafio pela frente. Felizmente, temos uma situação que pode ajudar-nos nisso: a criação da figura do técnico em Biblioteconomia. Esses cursos técnicos estão sendo criados, e já são mais de 20 no país. Isso poderá auxiliar-nos no cumprimento das nossas metas legais. ■

Instrumento de CIDADANIA

Conselhos de fiscalização profissional protegem a sociedade de maus profissionais e são meios eficientes para denunciar abusos

Embora sejam desconhecidos pelo grande público, os conselhos de fiscalização profissional exercem papel fundamental para o bom funcionamento da saúde pública, educação e serviços públicos em geral. A atuação dessas entidades busca proteger a sociedade de maus profissionais, de modo a assegurar à população atendimento responsável e de qualidade, seja em um hospital, biblioteca, escritório de contabilidade ou na relação com um corretor de imóveis. O que as pessoas não sabem é que podem contar com o apoio dos 507 conselhos (sendo 30 federais), e dos seus mais de 23 mil funcionários, espalhados por todo o território brasileiro para denunciar desmandos de toda sorte.

A Constituição Federal assegura que a fiscalização profissional é de responsabilidade dos conselhos. Eles buscam a atualização e evolução técnica dos seus 9 milhões ativos inscritos, em sintonia com as novas tecnologias e metodologias, a fim de ser um centro de excelência de informações. Diferentemente dos sindicatos, essas organizações não se caracterizam pelo corporativismo. Se um determinado profissional cometer algum erro no exercício de sua profissão, o seu respectivo conselho abrirá processo ético disciplinar, aplicará a autuação e, se for o caso, denunciará o caso ao Ministério do Público.

“Nossa atuação está voltada estritamente à sociedade. Se o Conselho Federal de Nutricionistas receber uma denúncia de que uma creche, por exemplo, está servindo merenda em desconformidade com os padrões sanitários, ele tem autoridade de entrar na cozinha, fiscalizar o acondicionamento dos alimentos, a indumentária e a qualificação dos empregados, bem como orientar em relação aos procedimentos corretos. O conselho pode autuar o prefeito e as autoridades competentes, denunciando-os ao MP”, explica José Augusto Viana, coordenador do Fórum dos Conselhos Federais e presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região.

Viana esclarece que, além da fiscalização, as organizações, diante do crescimento de demanda, colaboram com câmaras municipais, prefeituras, assembleias legislativas e o Parlamento, analisando editais e questões técnicas de orçamento e auxiliando na elaboração de projetos de lei. “O Conselho de

Corretores, por exemplo, tem ações que visam combater a corrupção imobiliária, o superfaturamento e o valor de locação de imóveis”, diz Viana, enfatizando que qualquer cidadão que se sinta vítima de um mau atendimento pode procurar, gratuitamente, os conselhos. E ainda destaca que: “Em alguns casos, tal ação é até mais eficaz do que recorrer ao Procon, porque acertamos no alvo – o profissional”.

Contudo, para que a sociedade entenda que dispõe dessa ferramenta de cidadania, é necessário que os conselhos aproximem-se dela, desenvolvam campanhas de divulgação do seu trabalho, aprimorem os canais de comunicação e intensifiquem a relação com as autoridades e a classe política, de modo a ampliar sua participação na proposição e execução de políticas públicas. Cristiane Menezes da Silva, nova presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) da 4ª região, considera que, para o setor cumprir efetivamente sua missão constitucional, é importante fortalecer o diálogo com a sociedade. “Precisamos ver como as profissões são vistas e modificar o que precisa ser alterado”, pondera.

“Em alguns casos, tal ação é até mais eficaz do que recorrer ao Procon, porque acertamos no alvo – o profissional”

José Augusto Viana,
Coordenador do Fórum
dos Conselhos Federais

Nesse sentido, Carlos Magno Belo Pereira, presidente do CRB da 13ª região, comenta que tem se tornado uma prática corriqueira na sua unidade reuniões, assembleias, audiências e seminários com a sociedade e setores profissionais, nos quais compartilham angústias sobre cada

profissão. Carlos Magno Ressalta ainda que: “A contribuição dos conselhos de fiscalização podem ajudar de forma significativa para que os profissionais atuem de forma legal, além de conferir credibilidade ao nosso trabalho”.

>> PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO

A “mercantilização da educação” é um problema levantado por todos os dirigentes de conselhos de fiscalização profissional. A proliferação de faculdades particulares e de cursos técnicos compromete a qualidade da formação de profissionais. Muitas instituições não cumprem a grade curricular mínima para a qualificação dos alunos, sendo que algumas até os dispensam da obrigatoriedade de estágios. Combater esse desregramento é uma das bandeiras dessas organizações.

Presidente do Conselho Federal de Técnicos de Radiologia, Valdelice Teodoro, esclarece que, no caso da entidade que preside, o caminho tem sido a sensibilização e a conscientização. “Nós temos tentado contato com as instituições de ensino e com as coordenações de educação a fim de orientar acerca da readequação da teoria e da prática ofertada. Infelizmente, não podemos ir além disso”, comenta. Mariza Martins Coelho, presidente do CRB 6ª região, por sua vez, conta que os conselhos realizam as fiscalizações previstas e preventivas e propõem melhorias nas grades curriculares das escolas.

Anualmente, são milhares de profissionais com formação inadequada e capacidade técnica questionável absorvidos pelo mercado, e que colocam em xeque os serviços prestados à população. Uma das alternativas para tentar contornar esse quadro crítico, na visão de José Augusto Viana, seria a adoção de exames de proficiência em todos os conselhos para os recém-formados. O Conselho Federal de Contabilidade, por exemplo, já faz uso desse expediente há cinco anos, e tem colhido bons resultados. “Participamos regularmente de reuniões com o Ministério da Educação. Alguns conselhos são consultados para referendar ou não a criação de cursos. Mas a legislação ainda apresenta muitas brechas, o que permite o agravamento da situação”, completa Viana.

>> ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Os conselhos, como autarquias de direito público que fiscalizam o exercício profissional, têm o direito e a obrigação de atuar no Congresso Nacional, auxiliando na elaboração das leis em defesa da atividade e da sociedade. Jenner de Moraes, assessor parlamentar especializado em conselhos, explica que a atuação dessas entidades no Parlamento tem como foco a regulamentação das profissões por elas representadas.

“Uma das maiores preocupações, hoje, são as vertentes educacionais, que geram cursos com carga horária reduzida, retirando competências de profissões regulamentadas, abaixando o nível do ensino”, informa Jenner. De acordo com ele, outro aspecto relevante da atuação legislativa é evitar a descaracterização e o esvaziamento das áreas técnicas. “No caso da Biblioteconomia, lutamos para que não alterem o objetivo fundamental da biblioteca, transformando-a em uma espécie de depósito de profissionais com problemas em outros setores”, diz.

O parlamento ainda não tem uma visão clara acerca dos conselhos. Essa é a percepção de Jenner. Segundo ele, alguns parlamentares, quando precisam de assessoramento, já recorrem a essas organizações, mas não é uma prática devidamente consolidada. “Temos bons exemplos dessa ‘parceria’. Nas discussões que envolveram a regulamentação do nível tecnológico e do conceito de biblioteca pública, os conselhos tiveram participação ativa”, acrescenta.

>> REGIME

Os conselhos realizam concurso público para contratação de pessoal desde a década de 1990, e seus empregados estão em meio a discussões para serem ou não reconhecidos como servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990). Até o início deste ano, havia um parecer favorável do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) à efetivação da alteração do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, a

decisão foi anulada. Atualmente, há um grupo de trabalho no Conselho Superior do Ministério Público Federal que está analisando todas as implicações de tal transposição. Ao final, apresentará ao Procurador-Geral da República parecer que subsidie uma Proposta de Emenda à Constituição a ser emanada do Poder Executivo, para que seja apreciada no Congresso, com a participação dos interessados.

A ausência de um marco legal é apontado como o principal entrave para a alteração. Para José Augusto Viana Neto, do Fórum dos Conselhos Federais, os conselhos defendem o interesse da sociedade ao reprimir faltas ético-disciplinares. A adoção do Regime Jurídico Único poderia, a seu ver, afetar a autonomia dos profissionais. “O que é bom para o funcionário? Não sei. E para os conselhos? Não sei. Mas a autonomia dos tribunais ético-disciplinares não pode ser ferida, sofrer interferência. Os dirigentes dos conselhos devem pensar na sociedade brasileira”, conclui Viana.

José Augusto Viana,
coordenador do Fórum dos
Conselhos Federais



Política Nacional de Bibliotecas está em tramitação no Senado

Após intensa articulação do Conselho Federal de Biblioteconomia no Congresso Nacional, está em tramitação o Projeto de Lei do Senado nº 28/2015, que trata da Política Nacional de Bibliotecas. O texto, de autoria do senador Cristovam Buarque, está atualmente com a relatora Fatima Bezerra.

Essa conquista parcial é resultado do esforço que incluiu a realização de audiência pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em abril de 2014, na qual foram apresentados os direcionamentos para a criação da Lei da Biblioteca no Brasil. Na ocasião, a presidente do CFB, Regina Céli de Sousa, falou da importância de haver uma orientação a respeito do que vem a ser a instituição biblioteca e que caracterize suas

tipologias. “Nossos governantes precisam ter um olhar atento sobre questões legais que possam vir a nortear e, sobretudo, regular a criação, organização, estruturação e o funcionamento da biblioteca, para que ela seja um organismo vivo e atuante e não uma entidade estática”, disse.

Toda a classe de bibliotecários do país está envolvida nesse processo de viabilizar uma legislação sobre os conceitos de bibliotecas. As discussões basilares da proposta passam pelo papel da tecnologia e das bibliotecas alternativas; a maneira que a lei tratará das doações de acervos particulares; o compromisso da União nas questões orçamentárias; e a construção da legislação em conjunto com outras propostas relativas à solução dos problemas enfrentados pela Educação.

RETOMANDO AGENDAS



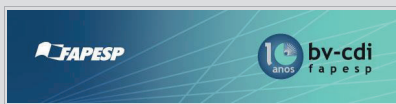
Com o final da legislatura de 2014 e a consequente perda de mandatos por parte de alguns parlamentares, projetos de lei relevantes para o exercício da Biblioteconomia foram arquivados. Por esse motivo, a assessoria parlamentar do CFB está atuando intensamente para que esses textos sejam retomados com novos relatores. Entre eles, há o projeto que regulamenta a profissão de técnico em Biblioteconomia.

A relatora indicada em 2015, Erika Kokay, acatou as sugestões apresentadas pelo Sistema CFB/CRB.

De acordo com o substitutivo do PL nº 6.038 de 2013, apresentado pela relatora, compete aos técnicos em Biblioteconomia, observando-se os limites de sua formação e sob a supervisão do Bibliotecário, auxiliar nas atividades e serviços concernentes ao funcionamento de bibliotecas e outros serviços de documentação e informação e no planejamento e desenvolvimento de projetos que ampliem as atividades de atuação sociocultural das instituições em que atuam.

Agenda CFB

>> CONGRESSOS



21 DE AGOSTO

>> 10 ANOS DA BIBLIOTECA VIRTUAL DA FAPESP

Local: São Paulo

Informações: <http://www.fapesp.br/eventos/10bv>



21 A 23 DE OUTUBRO

>> 12º CONGRESSO NACIONAL BAD – BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

Local: Évora (Portugal)

Informações bad@bad.pt ou editorial@bad.pt

>> ELEIÇÕES

CFB PREPARA-SE PARA NOVO PROCESSO ELEITORAL

No dia 7 de dezembro de 2015, será realizada mais uma eleição para o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). A Comissão de Legislação e Normas do CFB atualizou a Resolução que trata do processo eleitoral, incluindo algumas novidades que orientarão as candidaturas sobre o pleito. A íntegra pode ser acessada no Repositório do Sistema CFB/CRB.

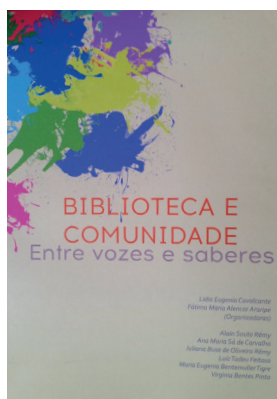


Sistema CFB / CRB

Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

>> LIVRO

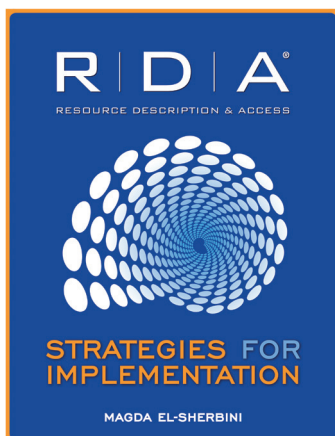
BIBLIOTECA E COMUNIDADE: ENTRE VOZES E SABERES (Lídia Eugenia Cavalcante e Fátima Maria Alencar Araripe)



A Biblioteca comunitária é um espaço de mediação. Nela, as experiências pessoais e sociais entrelaçam-se com fios multicores das vivências e das memórias cotidianas, em diferentes tons. Ritos se processam, leituras se cruzam e travessias acontecem. Portanto, é lugar de transformação, em que leitores se fazem presentes de diferentes maneiras pela disseminação do conhecimento que produzem ou são coautores. Falamos, dessa forma, das intertextualidades do viver, das vozes que se projetam e se somam à cultura, ao afeto, ao ritmo e ao imaginário de cada um. Portanto, um bom começo para uma biblioteca comunitária é o entrelaçamento de saberes e vozes, unidos em uma questão crucial: qual a biblioteca que queremos? Assim, nos tornaremos construtores desse espaço rico de representações, do qual podemos concluir: eu tenho uma biblioteca que me interessa.

>> LIVRO

RDA: STRATEGIES FOR IMPLEMENTATION (Magda El-Sherbini)



A autora aborda questões relativas à forma como o novo padrão de catalogação pode ser implementado pelos bibliotecários. Também orienta sobre o plano conceitual e de estrutura da RDA (Recursos: Descrição e Acesso), com base em uma perspectiva prática e técnica, incluindo a análise comparada com a AACR2. A aplicação da RDA é explicada com inúmeros exemplos de registros. Abrange ainda as tarefas FRBR (Requisitos funcionais para registros bibliográficos) e os princípios da FRAD (Requisitos funcionais para dados bibliográficos), e os possíveis impactos com o uso da RDA. Discute o conceito de obra e expressão, manifestação e item para materiais de bibliotecas específicos, a construção do ponto de acesso autorizado e o registro das relações. Como o novo padrão de catalogação apresenta um modelo de

negócio, fundamentado no acesso e na consulta on-line, por meio da ferramenta RDA Toolkit, são fornecidas informações para o uso da ferramenta. Outras questões técnicas analisadas incluem o efeito da RDA sobre o OPAC; a implementação dos novos campos RDA e os respectivos ajustes ao formato MARC21; a acomodação e integração de novos registros sob padrão RDA, com registros antigos baseados na AACR2 (Código de catalogação anglo-americano, segunda edição). A obra não se restringe a ser apenas um texto sobre estratégias práticas que as agências de catalogação têm para implementação da RDA. É uma introdução geral, de conteúdo teórico-prático aos catalogadores, servindo como referência não apenas na fase de transição de um processo catalográfico, mas no estabelecimento do novo padrão.

CFB define objetivos estratégicos e metas para 2015

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) elaborou, no ano de 2014, um Plano de Metas para 2015. Com base no trabalho de uma comissão formada para deliberar sobre questões relacionadas às competências e às áreas de atuação do Sistema CFB/CRB, foram definidos objetivos estratégicos, programas, metas e projetos a serem executados pelo Sistema de Conselhos.

Para este ano, o objetivo é fortalecer a imagem do Sistema, dos bibliotecários, do conhecimento técnico e das habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários. Além disso, intensificar a participação sociopolítica institucional junto às organizações públicas e à sociedade civil e entidades representativas da classe. Os programas prioritários são o de Fiscalização e Registro Profissional; Gestão de Suporte de Atividades Administrativas e Financeiras; e Políticas Públicas e Comunicação e Integração.

A meta é aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade, bem como garantir sustentabilidade orçamentária e financeira ao Sistema. Também busca assegurar qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos e inovar, integrar e otimizar a gestão dos conselhos, ampliando e integrando o uso da tecnologia da informação.





Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia